Se queres democracia na energia, o género importa

Friederike Möller · 25.06.2026

ECOLOGIA · TECNOLOGIA · SOCIEDADE

Nas comunidades de energia, as mulheres continuam afastadas da adesão e das tomadas de decisão. Mais de 70% dos membros são do sexo masculino. Como é que as comunidades de energia podem dar a volta, ser mais inclusivas e crescer com a maior igualdade?

Enquanto iniciativas democráticas lideradas por cidadãos, as comunidades de energia desempenham um papel importante nos esforços em acelerar a transição da Europa para as energias renováveis. No entanto, por detrás da sua imagem progressista, persistem desigualdades familiares: as mulheres e as FLINTA[1] continuam amplamente ausentes da adesão e da tomada de decisões. Se estes projetos populares de base têm como objetivo reformular não só a forma como a energia é produzida, mas também quem detém o poder, a questão do género não pode ser tratada como secundária.

Este artigo foi originalmente publicado no Green European Journal.

As comunidades de energia são frequentemente consideradas um dos desenvolvimentos mais promissores ligados à transição energética — e por boas razões. A REScoop.eu, a federação europeia de comunidades de energia, descreve-as como uma «forma de *organizar* cidadãos que pretendem cooperar juntos numa atividade relacionada com o setor energético, baseada numa participação e governança abertas e democráticas, de modo a que a atividade possa prestar serviços ou outros benefícios aos membros ou à comunidade local». Isto abrange uma vasta gama de organizações e iniciativas, com dimensões e formas de produzir energia muito diferentes, desde a solar e hídrica à eólica ou biomassa. Em comum têm a produção de energia descentralizada e autogerida, a aposta nas renováveis e — infelizmente — **uma persistente sub-representação das mulheres.** Estudos mostram que **mais de 70 por cento dos membros de comunidades de energia elétrica e mais de 83 por cento dos seus conselhos de administração são do sexo masculino.**

Pode parecer picuinhas discutir a dinâmica de género no contexto da transição energética em geral, e ainda mais no microcosmos das comunidades de energia, que estão ainda a estabelecer-se na maioria dos Estados-membros da UE. No entanto, o género continua a ser uma lente útil para descrever a experiência de mais de metade da população e para analisar fenómenos políticos, incluindo a política energética.

> Nas comunidades de energia, há uma persistente sub-representação das mulheres. Estudos mostram que mais de 70% dos membros e mais de 83% dos conselhos de administração são do sexo masculino.

Além disso, as comunidades de energia são laboratórios interessantes, pois abordam a transição energética a partir das bases, em proximidade com a vida quotidiana das pessoas. As estruturas e dinâmicas presentes nestes contextos podem simultaneamente refletir e moldar a direção da mudança.

Uma transição política

Os nossos sistemas energéticos atuais têm um impacto mais negativo nas mulheres do que nos homens. Isso começa com a extração de combustíveis fósseis, que coloca as mulheres indígenas e as pessoas *two-spirit*[2] num risco acrescido de violência (incluindo sexual). Estes grupos também sofrem mais com os efeitos imediatos do consumo de combustíveis fósseis, como na poluição derivada de cozinhar. Os efeitos a longo prazo das alterações climáticas também mostram ter um viés de género: as mulheres enfrentam mais riscos para a saúde, estão em maior risco durante as catástrofes climáticas, e por aí fora.

O setor energético emprega menos mulheres e paga-lhes menos, agravando também a sua pobreza (energética). Do mesmo modo, a governança energética tem sido dominada por homens no passado, tanto a nível nacional como europeu. No fundo, os sistemas energéticos atuais não funcionam para as mulheres em imensos aspetos e as comunidades de energia ainda não se libertaram desta dinâmica. Por isso, o género precisa de ser tido em conta para a justiça energética, a par das experiências interseccionais de desigualdade e opressão, que incluem também a classe, a sexualidade, a etnia e a idade. No entanto, como demonstrou a investigadora Barbara Nicoloso, a vertente política da transição energética não tem recebido a devida atenção.

> Os sistemas energéticos atuais não funcionam para as mulheres em imensos aspetos e as comunidades de energia ainda não se libertaram desta dinâmica.

A política energética é sensível à política em geral e aos interesses políticos instalados. A reação contra o Pacto Ecológico Europeu (o *Green Deal*) visa abrandar a transição energética — mesmo quando os estudos refutam, uma e outra vez, a ideia de que os eleitores se opõem às medidas climáticas. Ao mesmo tempo, os riscos geopolíticos ligados à dependência dos combustíveis fósseis ficaram bem visíveis desde a invasão da Ucrânia, com os elevados preços da energia a agravar a pobreza energética na Europa. Nos anos que se seguiram à invasão, a UE conseguiu diversificar o seu fornecimento de energia (ainda que por vezes com contrapartidas dolorosas), mas as renováveis estão a ser difamadas pela extrema-direita. Na Alemanha, por exemplo, a Alternativa para a Alemanha (AfD) tem criticado frequentemente a energia eólica e defendido a retoma das importações baratas de combustíveis fósseis vindas da Rússia.

A política energética reflete as estruturas e as prioridades das sociedades em que é criada. Isto significa que a sub-representação das mulheres num nicho de *prosumidores*[3] de energia ativos não é uma

coincidência, mas um produto da política. É um sinal de alerta de que a transição energética, se for tratada como forma de sair de um sistema e entrar num novo, mesmo por defensores das renováveis, vai arrastar consigo pontos cegos contraproducentes e injustos.

Equilibrar o terreno

As comunidades de energia representam um microcosmos das questões mais amplas com que progressistas e Verdes se debatem em toda a Europa. Pode a transição energética ser verdadeiramente participativa? Como pode ser acelerada e o seu alcance alargado? As dinâmicas sociais e políticas são, pelo menos, tão importantes quanto as considerações técnicas.

> A sub-representação das mulheres num nicho das comunidades de energia não é uma coincidência. É um produto da política.

Dado que as comunidades de energia são, na maioria das vezes, fundadas e mantidas vivas apenas por voluntários, ter mais membros significa maior envolvimento, mais recursos e, em última análise, mais dinamismo. Embora as comunidades de energia tenham surgido de um movimento ambicioso para a transição energética, atualmente, ficam tantas vezes limitadas a um grupo homogéneo de homens altamente qualificados e com rendimentos elevados.

Se as comunidades de energia conseguirem aumentar o número de mulheres entre os seus membros, a transição energética descentralizada ganha velocidade. O que pode ser feito para criar um ciclo positivo entre a participação das mulheres nas comunidades de energia, a igualdade de género e a transição energética?

O caso das comunidades de energia alemãs é particularmente interessante porque a Alemanha é o país com mais comunidades de energia na UE e tem uma longa história de ativismo de base e turbulência política relacionados com a transição energética.

Segundo Lara Track, gestora de projetos na Netzwerk Energiewende Jetzt e.V., uma organização de apoio às comunidades de energia, é impossível ignorar a ligação entre a luta pela igualdade de género e a transição energética, mesmo que esta tenha sido negligenciada durante demasiado tempo.

> Se as comunidades de energia conseguirem aumentar o número de mulheres entre os seus membros, a transição energética descentralizada ganha velocidade.

As mulheres, lésbicas, pessoas intersexo, não-binárias, trans e agénero (por vezes designadas em alemão pelo acrónimo FLINTA[1]) estão muito menos representadas nas comunidades de energia, mas também na transição energética como um todo. Lara Track, que trabalhou extensivamente sobre o papel das FLINTA na transição energética, afirma que é essencial aumentar a sua *Teilhabe*, o seu «ter um papel», que é mais do que apenas participação (*Teilnahme*).

Centrar apenas na participação como veículo para a igualdade de género e a representação tem-se revelado vulnerável ao *tokenismo* e à simplificação excessiva. Em contrapartida, ter um papel (através da liderança de um projeto, fazendo parte de uma administração ou simplesmente integrando uma comunidade) significa ter voz e, em última análise, poder. Este tipo de participação mais forte costuma ser mais acessível para pessoas abastadas, proprietários de habitação e homens cisgénero, pois têm mais oportunidades de participar, explica Track. Quem quiser colocar o género nas comunidades de energia tem de nadar contra a maré na sua luta por representação, inclusão e poder. Segundo Track, embora o género seja um tema importante, as comunidades de energia podem acabar por dar prioridade a outras áreas e não conseguir criar estruturas de participação.

> Ter um papel significa ter voz e, em última análise, poder.

Kiara Groneweg, que trabalha na área da energia na Women Engage for a Common Future (uma rede sem fins lucrativos dedicada à ligação género-clima), concorda com Track que uma participação e representação meramente simbólicas arriscam reforçar o *status quo* em vez de trazerem uma mudança transformadora e maior igualdade.

A título de exemplo, Groneweg menciona Katherina Reiche, atual ministra da energia alemã e ex-CEO de uma subsidiária do gigante energético E.ON, como exemplo de mulheres que usam as suas posições de poder para impedir mudanças estruturais. Reiche propôs restrições à expansão das renováveis, como exigir que estas suportem os custos de extensão da rede e limitar a compensação pela injeção de eletricidade na rede. O ex-secretário de Estado Verde Sven Giegold criticou estas propostas como uma tentativa de travar a produção renovável descentralizada.

> Quem quiser colocar o género nas comunidades de energia tem de nadar contra a maré na sua luta por representação, inclusão e poder.

Ainda assim, Groneweg reconhece que, no que diz respeito à representação nas comunidades de energia, «as mulheres atraem mulheres e as FLINTA atraem FLINTA». E acrescenta: «Se tivermos um conselho de administração masculino com um tempo de palavra muito elevado, algumas FLINTA simplesmente não vão querer entrar e participar nas discussões, porque a estrutura não se adequa logo à partida.» A atração que acompanha o aumento da representação é crucial para abrir as estruturas dominadas por homens. Como refere Track, «as pessoas gostam de trabalhar com pessoas com quem conseguem sentir uma ligação com relativa facilidade.»

No entanto, as desigualdades socioeconómicas constituem um obstáculo ao aumento da representação, afirma Groneweg. Para ela, o debate sobre uma transição energética socialmente justa precisa também de ser lúcido quanto ao acesso desigual ao capital, à habitação e à propriedade. Este acesso é limitado na Alemanha, onde mais de metade da população vive em habitações arrendadas e uma em cada cinco pessoas está em risco de pobreza ou exclusão social — valor que duplica nos agregados familiares

monoparentais.

Estes números têm uma forte dimensão de género. As mulheres representam a grande maioria (85 por cento) dos agregados monoparentais, ganham 16 por cento menos e têm pensões em média muito mais baixas do que os homens.

Com 75 por cento do parque habitacional europeu classificado como energeticamente ineficiente, a transição no aquecimento é o ponto mais vulnerável da transição energética. Groneweg sublinhou que, no aquecimento, as soluções individuais são praticamente insuficientes, sobretudo para os 53 por cento de pessoas na Alemanha que alugam habitação. Uma vez que as renovações e a adaptação com bombas de calor têm sido politicamente inflamadas na Alemanha, estas grandes soluções estruturais ficam por resolver, deixando as populações a compensar sozinhas os elevados custos de energia.

Uma mentalidade competitiva

Quando Marina Braun — engenheira, fundadora e membro do conselho de administração de várias comunidades de energia — decidiu envolver-se no setor, pensou no facto de ser a primeira mulher a aderir a uma comunidade de energia inteiramente masculina. Conhecia até alguns dos homens na administração, o que facilitou. No entanto, acabou por dedicar os seus esforços a uma comunidade de energia mais jovem e diversa.

«Apercebi-me de que a motivação era, de alguma forma, completamente diferente», recorda. «Havia mulheres envolvidas também. Tive um pressentimento de que me sentiria mais confortável do que na outra comunidade de energia porque estavam ativamente à procura de mulheres. Pensei que talvez não houvesse aquela 'mentalidade de cotoveladas' — e bem, isso foi um fator decisivo para mim.»

> A representação não é uma cura milagrosa para a igualdade de género.

Kerstin Lopau, engenheira e cofundadora da SoLocal Energy, teve uma experiência negativa em comunidades de energia dominadas por homens, onde se deparou com uma falta de generosidade conversacional e uma mentalidade competitiva — a tal *mentalidade de cotoveladas* também mencionada por Braun. Na sua experiência, uma cultura de comunicação mais agradável conduz também a uma maior produtividade e a uma abordagem cooperativa na resolução de problemas.

Tal como Track e Groneweg, Lopau acredita que a representação não é uma cura milagrosa para a igualdade de género. Por exemplo, fazer parte do conselho de administração de uma empresa — uma estrutura tantas vezes muito hierárquica e conformista — pode levar as mulheres a seguir ideais masculinos e a perder solidariedade com outras mulheres. Nas comunidades de energia, porém, o panorama é um pouco diferente, segundo Lopau: as direções tendem a ser mais democráticas, com vários mecanismos para garantir o controlo e a transparência, o que evita o afastamento e a perda de

solidariedade.

Cultivar o terreno

As comunidades de energia alemãs são frequentemente *Genossenschaften* (*cooperativas*) que englobam uma ética, um estatuto jurídico e uma estrutura específicos. Estas organizações visam ajudar os seus membros a prosseguir os seus próprios objetivos económicos, sociais ou culturais através de operações conjuntas. Seguem tradicionalmente os princípios de entreajuda, autorresponsabilidade e autogestão.

No seu trabalho, Track observou que as comunidades de energia podem desencadear conversas em torno de novas formas sustentáveis de criar e reter valor. As comunidades de energia são alavancas para as pessoas beneficiarem localmente da transição energética, em especial as que não beneficiam atualmente, observa. No setor da energia, isto é crucial. Demonstrou-se que os projetos de energia comunitária geram entre duas a oito vezes mais receitas locais do que se o projeto fosse realizado por um agente externo. Na Alemanha, onde grande parte da eletricidade produzida no leste do país flui para oeste, agravando os desequilíbrios existentes, este aspeto local tem um potencial imenso.

> O debate sobre uma transição energética socialmente justa precisa também de ser lúcido quanto ao acesso desigual ao capital, à habitação e à propriedade.

Track diz que é surpreendente que mais municípios não recorram às comunidades de energia para combater o fenómeno «not in my backyard»[4] (NIMBY) e construir uma democracia energética local. Segundo Groneweg, porém, dado o tempo e o esforço voluntário necessários para criar comunidades de energia (sobretudo num país como a Alemanha, sobrecarregado por enormes obstáculos burocráticos), as comunidades de energia não devem ser as únicas responsáveis por eliminar barreiras estruturais e resolver problemas políticos mais amplos como a pobreza energética.

Em vez disso, o movimento das comunidades de energia poderia unir forças com outros movimentos sociais, como as comunidades feministas e climáticas. «Espero um movimento energético feminista que lute para crescer os sistemas de energia descentralizados. Teríamos então mais pessoas a envolver-se. Isso significaria que, numa comunidade de energia que talvez tenha agora cerca de 20 voluntários, de repente 200 estão envolvidos, e cresce de cidade em cidade, ou de aldeia em aldeia», diz Groneweg.

> As comunidades de energia são alavancas para as pessoas beneficiarem localmente da transição energética, em especial as que não beneficiam atualmente.

Para Lopau, é um desenvolvimento positivo que os painéis solares se tenham tornado um produto de massa, retirando a geração de energia do domínio dos *geeks* da tecnologia e trazendo-a para o mundo familiar do supermercado local. Os pequenos módulos fotovoltaicos tornam muito acessível para os inquilinos criar o seu próprio sistema solar nas varandas. Para quem consome pouco ou está em situação de pobreza energética, as poupanças geradas por um módulo solar numa varanda são relativamente

maiores do que para quem consome muito.

As renováveis permitem a produção local de energia e são a forma mais democrática e acessível de fornecer energia até à data. No entanto, estas fontes de energia ainda são fortemente influenciadas pelos sistemas energéticos anteriores e pelas suas dinâmicas de género, observa Lopau. Ela vê as renováveis como um terreno fértil que agora precisa de cultivo para alcançar o seu potencial, nomeadamente através da inclusão de pessoas FLINTA nas comunidades de energia. No entanto, persistem pequenos e grandes obstáculos que as comunidades de energia têm de superar para equilibrar a sua participação.

«As comunidades de energia não existem num vazio»

Os primeiros obstáculos que os potenciais novos membros de uma comunidade de energia enfrentam são os custos iniciais e recorrentes associados à adesão. As comunidades de energia podem antecipar-se a isso oferecendo modelos de preços solidários.

> O movimento das comunidades de energia pode unir forças com outros movimentos sociais, como as comunidades feministas e climáticas.

Lopau, que tem estado ativa na democratização dos sistemas solares de varanda, reconhece que as renováveis muitas vezes não são uma prioridade para quem enfrenta a pobreza (energética) e o peso mental e o *stress* a ela associados. Afirma que as comunidades de energia devem depender menos das motivações internas das pessoas com consciência ambiental. Para que isto se torne uma realidade, os potenciais utilizadores devem ser procurados de forma proativa e apoiados.

Mas as barreiras financeiras não são o único obstáculo à participação. Uma vez que as comunidades de energia dependem da eficácia individual e coletiva, as pessoas que não tenham autoconfiança ou experiência na sociedade civil ou em iniciativas coletivas locais, como associações desportivas, podem enfrentar barreiras mentais e subestimar-se a si próprias e às suas capacidades. Para Braun, é importante lembrar às pessoas que as comunidades de energia são uma iniciativa coletiva. Os membros trabalharão sempre com outros; ninguém ficará para trás, e seguem sempre um princípio de trabalho a 4 ou 6 mãos, afirma.

> Para antecipar os obstáculos financeiros à adesão, as comunidades de energia podem oferecer modelos de preços solidários.

Os estereótipos de género também contribuem para a sub-representação das mulheres. Braun, que estudou engenharia, sugere que a disparidade de género nas áreas STEM também tem que ver com os nomes dos programas de licenciatura e a ênfase nos aspetos técnicos. Termos como *tecnologia energética* ou *tecnologia renovável* tendem a colocar em primeiro plano os elementos técnicos tradicionalmente associados à masculinidade, ocultando as questões jurídicas, organizacionais e sociais ligadas às renováveis.

Braun sublinha que os estereótipos de género podem ser desafiados. «Este é um tema que qualquer pessoa pode aprender e compreender. Basta dedicar-lhe tempo, tal como é preciso tempo para aprender a tricotar, a pintar e qualquer outra competência que se queira desenvolver.»

> A disparidade de género nas áreas STEM também tem que ver com os nomes dos programas de licenciatura e a ênfase nos aspetos técnicos.

No entanto, a escassez de tempo também afeta desproporcionalmente as mulheres. Na Alemanha, as mulheres passam 44,3 por cento mais tempo em trabalho de cuidados do que os homens, constituindo um segundo turno não remunerado de 30 horas por semana. Estima-se que este trabalho equivale a 826 mil milhões de euros por ano não remunerados, sendo a condição prévia de todo o trabalho remunerado. Sem dar e receber cuidados, como ensinar as crianças a falar, a resolver conflitos ou a construir relações sociais, outras atividades económicas simplesmente não seriam possíveis. Quando os governos pressionam para o alargamento da semana de trabalho a fim de aumentar a produção económica, arriscam reforçar a disparidade de cuidados entre géneros. Reduzem também o tempo disponível para o envolvimento e a participação democráticos.

Estas são questões mais amplas que inevitavelmente afetam as comunidades de energia, que dependem maioritariamente do trabalho voluntário. Como refere Track: «As comunidades de energia não existem num vazio. E tudo o que fazemos estruturalmente para promover a igualdade de género vai beneficiar a igualdade de género dentro das comunidades de energia.»

As competências que importam

Uma das estratégias que os organizadores das comunidades de energia seguem para atrair pessoas FLINTA é destacar que são necessárias competências diversas. As competências em comunicação, administração, direito ou finanças são essenciais para construir a organização antes de qualquer ventoinha eólica ou campo de painéis solares ser aprovado.

Braun explica que, especialmente no início, é essencial ter pessoas a bordo que saibam como construir uma organização — de forma prática e social. «As mulheres são simplesmente muito boas a construir organizações estruturalmente, em gestão de projetos, são muito ponderadas, muito empáticas — e é isso que é essencial para uma comunidade de energia.» Chegar às pessoas, convencê-las e integrá-las está ligado a um conjunto de competências emocionais e sociais (que são, de facto, competências, e não qualidades inatas) que as mulheres e as pessoas FLINTA frequentemente têm.

> As competências em comunicação, administração, direito ou finanças são essenciais para construir a organização antes de qualquer ventoinha eólica ou campo de painéis solares ser aprovado.

Os investigadores demonstraram provas sólidas dos benefícios de trabalhar em equipas mais diversas. Um exemplo, mencionado por Braun, é a maior aversão ao risco. Na sua experiência, enquanto os

homens tendem a assumir mais riscos e a adiar a abordagem de cenários pessimistas, uma maior interação entre géneros nas discussões equilibra estas tendências, conduzindo, por exemplo, a uma avaliação de risco mais sólida sobre no que investir.

Para Lopau, procurar ativamente uma adesão mais diversa pode também ter efeitos dominó importantes, como abrir novas perspetivas e oportunidades para fazer crescer a comunidade, e tornar o espaço mais acolhedor para todos — incluindo potenciais novos membros.

Track menciona o exemplo de uma comunidade de energia liderada por mulheres com que trabalhou: «Acho interessante que, quando há duas presidentes, se pense em programas de apoio à infância.» E acrescenta: «Não são as únicas, mas nem toda a gente o faz.»

Com vista à transição energética, que por vezes luta para ter o apoio das comunidades e fazer face ao fenómeno NIMBY, torna-se evidente que as competências sociais e organizacionais — tradicionalmente associadas a género e desvalorizadas — são as que determinam o impacto de uma comunidade de energia. Embora do exterior possa parecer que a falta de competências tecnológicas torna a participação nas comunidades de energia sem sentido, na verdade, são as competências sociais e organizacionais que podem fazer crescer e escalar o movimento.

«Não ouças os homens»

Kerstin Lopau quer combater a sub-representação das mulheres nas comunidades de energia pela raiz e fazer as coisas de forma radicalmente diferente. Em anos anteriores, organizou uma escola de verão para jovens aprenderem a instalar painéis solares. Depois de receber *feedback* de que algumas pessoas FLINTA não se inscreveram porque não se sentiam seguras, Lopau pôs mãos à obra. Desde então, ela e os seus colegas da SoLocal Energy têm organizado campos solares concebidos especificamente para FLINTA. A sua abordagem é estar atenta às lacunas, «tentar sempre olhar atentamente para o que as pessoas precisam. Sabemos pela nossa própria experiência no terreno o que parece estranho, por isso tentamos perceber o que poderia ser melhor.»

Estes campos solares pretendem também ser uma rampa de lançamento para o emprego futuro daqueles que gostariam de seguir este caminho profissionalmente. Lopau tem sido estratégica na construção de relações com o setor local de mão-de-obra especializada no Norte de Hesse. Contou com a sua experiência e conhecimento, mesmo quando tal não era estritamente necessário. Estas colaborações levaram a alguns contactos muito úteis. Ela recorda que os profissionais «viram no local, 'ok, elas sabem mesmo o que estão a fazer, e são competentes — e não são tão más como pensávamos. Talvez possamos recrutar alguns estagiários e trabalhadores aqui.' Por isso foi uma situação em que todos saíram a ganhar.»

Um pilar central deste campo de verão é o *networking*, já que a construção de relações entre estes futuros profissionais de energia durante o campo tem sido valiosa. Desenvolve a literacia energética e a confiança das participantes, permitindo-lhes aparecer de forma diferente, mais empoderada, nas suas comunidades de energia ou em futuros empregos. Lopau partilha que uma antiga participante do campo de verão lhe enviou um e-mail com uma questão técnica. «Disse que era assim que se tinha de fazer, mas os homens aqui dizem que não é preciso fazê-lo assim», escreveu a participante. Lopau respondeu: «Não, não ouças os homens. Lembraste-te corretamente.»

[1] Acrónimo alemão utilizado para designar pessoas do sexo feminino, lésbicas, intersexo, não-binárias, trans e agénero.

[2] Numa comunidade Nativa Americana, pessoa que desempenha um papel social de terceiro género ou género não-convencional.

[3] A junção das palavras «produtor» e «consumidor», cunhada pelo sociólogo Alvin Toffler, em 1980.

[4] Pessoas ou comunidades que apoiam um projeto ou infraestrutura, mas opõem-se fortemente a que seja construído perto das suas casas («não no meu quintal»).

Este artigo foi inspirado pelo trabalho de Barbara Nicoloso, cujo ensaio "Gender Power: The energy transition through a gender lens" e o policy brief "Gender at the Heart of the EU Energy Transition: Key learnings from the French case" foram anteriormente publicados pela Green European Foundation.
